

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MEMÓRIA: A urgência de pensar em quem sobrevive após a emergência

GEISA TELES DA SILVA

PSICÓLOGA E MESTRA EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADE E ECOLOGIA SOCIAL (UFRJ)

Com uma frequência maior do que deveria, eu ouço a pergunta: mas o que a Psicologia tem a ver com clima e mudanças climáticas? Bem, a Psicologia talvez se envolva menos do que deveria, mas sobreviver às mudanças climáticas e ter de conviver com elas será cada vez mais necessário. Mais do que a ideia de ansiedade climática, que por vezes individualiza uma questão que é coletiva, é urgente a compreensão de que as mudanças climáticas impactam territórios e comunidades, alterando não apenas paisagens físicas, mas também memórias coletivas e processos subjetivos.

Quando ocorrem eventos extremos, a exemplo de enchentes, secas prolongadas e deslizamentos de terra, seus efeitos se inscrevem na subjetividade de quem foi atingido, podendo causar impactos psicossociais duradouros. Pense nesses eventos como uma possibilidade de trauma ou ferida, que necessita de cuidados, sejam eles individuais ou coletivos. Um exemplo disso é o impacto desses eventos na memória de quem sobrevive. No entanto, a memória dessas experiências nem sempre é preservada. Muitas vezes, a política do esquecimento se sobrepõe às narrativas locais, favorecendo a reprodução de um sistema que perpetua vulnerabilidades. Se na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) perdas e danos é um caminho de muito debate e negociação, acredito que enxergar quem já sobrevive para além dos números pode nos ajudar a humanizar essa esfera.

Para explicar como é viver com as perdas e os danos gerados pelos eventos extremos associados à emergência climática, eu gosto de apresentar as seguintes questões: pense que sua casa começa a pegar fogo e você pode salvar uma coisa dentro dela. O que você salvaria? Qual o valor disso que você salvou? E se, apesar de tudo, isso que você tentou salvar não pudesse ser salvo? Qual seria o valor dessa perda? Como é viver com o que foi perdido? Como pensar em quem sobrevive após a emergência? É necessário que pensemos que alguém sobrevive com essas perdas e danos. As tragédias são frequentemente tratadas como eventos isolados e passageiros, mas elas permanecem na vida dos sobreviventes. São frequentemente tratadas como “naturais”, quando sabemos que todas, hoje, são necessariamente “sócio-naturais”.

Com as mudanças climáticas, os desastres socioambientais se intensificam em diferentes locais no mundo. Como consequência, cada vez mais assistimos ou vivemos suas ocorrências

com menores intervalos e de diferentes modos. No Brasil, as enchentes são colocadas como um exemplo de desastre natural, afinal, chover é um fenômeno da natureza. O problema não é apenas a natureza em si, pois a questão não está na chuva acima da média, no rio a transbordar ou na terra a deslizar, mas sim na falta e/ou desmonte de políticas públicas. Nessas políticas públicas destaco as políticas habitacionais, as políticas de adaptação e de preservação ambiental. No fim das contas, quem mora em área de risco mora ali porque quer? Quem quer ouvir sirene de madrugada e precisar fugir? Penso que é importante lembrar que os desastres por vezes nomeados como crises e/ou desastres ambientais ou até desastres naturais são crises humano-ambientais; pensando na crise não apenas no ambiente, mas nas pessoas-nos-ambientes (Pinheiro, 1997)¹, entendendo os problemas ambientais como um problema também da humanidade, assim levando em conta a dimensão social do território e do desastre.

O Brasil está entre os países com o maior número de pessoas expostas à inundação no planeta². O relatório “Desastres Naturais na América Latina e Caribe”, realizado pelo Escritório da ONU para os Assuntos Humanitários (OCHA), destaca que 0,9% dos habitantes do Brasil correram o risco de ser afetados pelas cheias. A Confederação Nacional dos Municípios destaca em relatório³ que os desastres afetaram mais de 418,3 milhões de pessoas em todo o Brasil entre janeiro de 2013 e dezembro de 2023. Mas não somos só números. Destaco que é necessário pensar que os desastres e tragédias ambientais são também tragédias humanas, assim como a emergência climática também é uma emergência social. É necessário humanizar os números que vemos. A emergência após o desastre passa, mas o dano de quem sobrevive permanece.

O território não está separado das pessoas que vivem nele. Diferentes artistas nos mostram o impacto de sair do lugar com o qual se identificavam e onde se sentiam pertencentes para um novo espaço: Caetano Veloso em *Sampa*; Dominginhos em *Lamento Sertanejo*; Gilberto Gil em *Back in Bahia*; Luedji Luna em *Um Corpo no Mundo*; Luiz Gonzaga em *Asa Branca* e muitos outros. Embora sejam histórias diferentes, a partir de suas obras é possível notar o que todos têm em comum: a possibilidade de voltarem para esse lugar que chamam de lar. Em situações de desastres socioambientais e de deslocamentos forçados, voltar para o lar muitas vezes não é uma possibilidade. Muitas pessoas perdem tudo do pouco que têm: perdem a casa, o território e seus objetos de memória. Na mais recente enchente no Rio Grande do Sul, uma reportagem me

1 “Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor” disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000200011>

2 [OCHA: Brasil está entre países com maior número de pessoas expostas a inundações.](#)

3 [Panorama dos Desastres no Brasil – 2013 a 2023.](#)

chamou a atenção: as pessoas iam atrás de recordações nos entulhos. “Ninguém vai ver o sofá, a TV, todos correm para buscar fotos ou algum tipo de recordação. É unânime: todos”⁴. A memória, o território e a identidade de diferentes territórios já estão sendo esfacelados com o avançar das mudanças climáticas. Como fica a memória individual e coletiva de um lugar que foi perdido?

Falar sobre mudanças climáticas é também falar sobre direitos humanos e sobre a necessidade de compreender e alterar as relações entre sociedade e natureza. O desafio está também em garantir que as vozes dos sobreviventes, suas experiências, dores, traumas e aprendizados não sejam esquecidos, mas incorporados à construção de políticas mais justas e sustentáveis. A memória, nesse sentido, é um ato político. Mais do que lembrar, é preciso lutar para que as histórias dos que sobreviveram continuem sendo contadas, impulsionando mudanças reais em direção a um futuro menos desigual.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2025.

4 [O resgate da memória após as enchentes no RS.](#)



SOBRE A PARCERIA:

Esta edição dos Comentários do OIMC é parte de uma série de publicações que o Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas realiza com o The Climate Reality Project Brasil/Centro Brasil no Clima, no âmbito do programa Operação COP 2024 - Jovens Embaixadores pelo Clima. Os textos publicados foram escritos por participantes da segunda fase do programa, que, ao longo de 2024, passaram, por um treinamento extenso em temáticas de política internacional, mudanças climáticas e desenvolvimento de habilidades, especializando-se no acompanhamento de temáticas de negociação junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Esta primeira leva de textos apresenta cinco reflexões sobre a temática de mudanças climáticas a partir da visão de jovens estudantes de regiões do Brasil e áreas do conhecimento diversas, visando colaborar no intercâmbio de saberes e na difusão das experiências e pesquisas produzidas pelos participantes.

